

EFEITOS DA CRISE E AUSTERIDADE SOBRE O ENSINO SUPERIOR

Eduardo Paz Ferreira

(notas a partir da intervenção no congresso da FORGES, Maputo, 29 Novembro de 2017)

Pensar nos efeitos da crise e da austeridade sobre o ensino superior conduz-nos a períodos negros em que as crises económicas, as guerras ou as concepções retrógradas sobre o ensino e ciência atiraram os estudos universitário para um limbo que contribuía para a perpetuação das desigualdades sociais e para a estagnação das sociedades.

O Estado social que se instalou na Europa após o 25 de Abril abriu, em larga medida, os caminhos para um alargamento do ensino superior, que se não verificou noutros quadrantes geográficos, nem em Portugal que se manteve à margem dos esforços de modernização.

Entrou-se num período de prosperidade que só viria a ser perturbado pelos choques petrolíferos nos anos 70 e pelas subsequentes perturbações dos consensos.

O neo liberalismo que se instalaria na sequência da crise do estado social viria a criar uma profunda crença na prosperidade para sempre e nos equilíbrios automáticos do mercado.

A ideia, propagada por Ronald Reagan, de que o Estado não era a solução mas sim o problema conduziu a cortes maciços na despesa pública e, designadamente, nos gastos com o ensino.

Num ambiente em que se destruiu a regulação bancárias e as regras prudenciais e se estimulou o aparecimento de produtos financeiros complexos que divulgaram por *ninja*, o *shadow banking*, os bancos de investimento. a desigualdade não parou de crescer e o valor das pessoas foi cada vez menos medido pela sua sabedoria, passando a privilegiar-se a sua riqueza.

A crise do *subprime* atingiu violentamente as economias e levou o Estado a uma intervenção maciça, depois retirada antes do tempo, que privilegiou o sector financeiro e, nomeadamente, Wall Street e criou um desemprego maciço. As esperanças em que poderíamos partir para novas sociedades goraram-se totalmente.

Pelo contrário a crise aumentou as desigualdades. Oito pessoas detêm hoje metade da riqueza mundial, enquanto que a crise atingiu de forma especial os mais desfavorecidos.

Este é um período em que o ensino universitário não consegue cumprir as suas funções e em que cresce a importância da economia matemática, ensinada nas faculdades de economia, que se torna responsável pela crise e pela ineficácia das terapêuticas.

Em Portugal no período de financiamento externo o governo optou por ir para além da *troika* na imposição de medidas de austeridade.

Pecámos contra a dignidade destes países- afirmou Junker, mas talvez merecêssemos saber o que passavam os países em desenvolvimento confrontados com as organizações financeiras internacionais.

A crise e as políticas de austeridade, inicialmente analisadas sob o ângulo da situação económica, veio a ser objecto de um livro extraordinário que trouxe para o centro das atenções os efeitos das crises na saúde pública. *The Body Economics Why Austerity Kills* da autoria de David Stuckler and Sanjay Basu.

O livro acompanha a tragédia humana provocada pela recessão, através do aumento do alcoolismo, do crescimento dos suicídios e do abandono de crianças, sustentando que essas consequências não teriam sido necessárias, com políticas públicas eficientes que avaliassem adequadamente o seu impacto para o bem e para o mal.

A partir da ideia de David Stuckler e Sanjay Basu, organizei um livro com cento e cinquenta depoimentos que se orientaram maciçamente no sentido que a crise causava mortes acrescidas e matava também a economia.

No que toca às consequências sociais da austeridade fala-se bem menos do que ocorreu no sector da educação mas, também aí, o panorama foi terrível, com as estatísticas a demonstrarem sistemas educativos mergulhados em crise, em todos os graus.

Assistiu-se a um acréscimo do abandono escolar e a uma procura bem inferior do ensino superior, devida sobretudo à falta de recursos financeiros, mas também à percepção de que os estudos universitários não asseguravam emprego ou emprego devidamente remunerado.

Esta foi mais uma contribuição para o aumento das desigualdades e para a diminuição da capacidade de reacção dos vários Estados.

A austeridade e a crise em Portugal vieram retardar uma recuperação intensa que se iniciara depois da Revolução e que visava corrigir muitos dos erros do passado.

Em 1961 apenas 1,3% frequentavam o ensino secundário e isso inseria-se numa dupla ideia a de que o ensino era perigoso e podia inverter a ordem social estabelecida entre pobres e ricos

O culto da pobreza “devo à providência a graça de ser pobre” – disse o ditador Salazar e essa concepção passou para a política geral e até para a arte.

A ela não foi imune nem sequer a grande Amália Rodrigues a cantar a Casa Portuguesa:

Numa casa portuguesa Fica bem
Pão e vinho sobre a mesa
E se à porta humildemente bate alguém,
Senta-se à mesa com a gente
Fica bem essa fraqueza,
fica bem,
Que o povo nunca a desmente
A alegria da pobreza
Está nesta grande riqueza
De dar, e ficar contente

No conforto pobrezinho do meu lar,
Há fartura de carinho
A cortina da janela e o luar,
Mais o sol que bate nela
Basta pouco, pouquinho pra alegrar
Uma existência singela
É só amor, pão e vinho
E um caldo verde, verdinho
A fumegar na tijela

E, também, na cantiga da boa gente:

Três palmos de terra, com uma casa à beira,
E o Manel mais eu pera vida inteira!
Ele e quatro filhos são tudo o que eu gosto,
Gente mais feliz não há neste mundo, aposto!

Vamos pra o trabalho, logo ao clarear,
E de sol a sol, vá demorejar,
Tenho a vida cheia, tenho a vida boa,
Que Deus sempre ajuda a quem é boa pessoa!

Quando chega a tarde, tarde tardezinha,
Já o jantar fumeja na lareira da vizinha.
Os filhos sorriem, o Manel também,
Não há melhor vida que aquela que a gente tem!

Em 1960, o ensino superior contava com 24 149 alunos , enquanto que em 2007^{se} atingia o máximo de 366279 e 2017 marcava um regresso com 361.943.

Pela primeira vez desde 2009, o número de candidatos ao ensino superior na 1.^a fase do concurso nacional de acesso supera o número de vagas, com 52.579 proponentes para 50.838 vagas nas universidades e politécnicos públicos.

Nos últimos anos, sobretudo nos que coincidiram com um período de forte crise financeira e económica, em que o país esteve sob resgate e sujeito a uma intervenção externa, universidades e politécnicos públicos assistiram a uma quebra quer no número de vagas abertas, quer no número de candidatos.

Depois de quatro anos de declínio, o número de lugares disponíveis no ensino superior público recuperou ligeiramente em 2016 e este é o segundo ano consecutivo com um aumento no número de vagas, ainda que residual.

Há 42 128 vagas para 952 licenciaturas, 8 547 vagas para 103 mestrados integrados e 163 vagas para sete cursos preparatórios de mestrado integrado

Mas que universidade é que a crise e a austeridade vão encontrar em Portugal?

Há que sublinhar que, sendo as universidades portuguesas das mais antigas na europa, a maioria das licenciaturas e das próprias instituições são recentes e socialmente se calhar não se ultrapassou ainda totalmente a divisão social entre universidades e institutos politécnicos, o sector privado é curto e em muitos casos de péssima qualidade, o *numerus clausus* em muitos casos é estreito de mais.

O ensino superior foi encarado pelo regime ditatorial como um privilégio destinado apenas aos ricos e quadros de regime

A modernização na década de 60 ficou a dever-se a uma certa industrialização do país e à contestação política. Foram, então, criadas a Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho e os politécnicos da Covilha, Vila Real, Faro, Leiria, Setúbal e Tomar

Nas colónias, o início das guerras de libertação nacional levou à criação no dia **21 de Agosto de 1962**, pelo Decreto-Lei nº. 44530, dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique. Em 1968, ascendeu à categoria de Universidade, sendo então designada por Universidade de Lourenço Marques. Veiga Simão foi o primeiro reitor. A 1 de Maio de 1976, o Presidente Samora Moisés Machel atribuiu a esta Instituição o nome de Universidade Eduardo Mondlane, em homenagem ao relevante

papel histórico representado em Moçambique pelo Doutor Eduardo Chivambo Mondlane, primeiro doutorado de Moçambique.

Hoje, a Universidade Eduardo Mondlane insere-se num contexto social de economia de mercado e está presente nas províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, e, através do ensino à distância, em todo o País e no estrangeiro.

Em Angola, no ano de [1962](#), pelo decreto-lei 44530, de 21 de Agosto, foram criados os *Estudos Gerais Universitários de Angola* (EGUA), integrados na Universidade Portuguesa (neste caso, uma tutela conjunta das [Universidades de Lisboa](#) e do [Porto](#)).

Em [23 de Dezembro](#) de [1968](#) o decreto-lei 48790 transformou os Estudos Gerais Universitários de Angola em *Universidade de Luanda* que compreendeu as Faculdades de Engenharia, Economia e de Medicina, situadas em Luanda, a Faculdade de Agronomia e de Medicina Veterinária, situada no [Huambo](#) e a Faculdade de Letras no [Lubango](#).

No tratamento dado às colónias, Portugal não foi muito diferente do que era na chamada metrópole. Era preciso não criar quadros, mais dados a ideias subversivas, e é curioso que o grande Eduardo Mondlane o profeta o primeiro doutor moçambicano à margem do ensino português, contrariamente a Amílcar Cabral ou Agostinho Neto.

Hoje em dias as universidades destes vários países caminham de mãos dadas e percebendo que há que capacitar os estados, dar-lhes a mão de obra qualificada.

A riqueza das nações passa por aqui

Mas também passa por aqui a redistribuição da riqueza – o elevador social que permita subir na vida e não serem sempre as mesmas famílias porque essa endogamia mata os países, fomenta a corrupção e deixa-nos dependentes do estrangeiro e isso, sobretudo. não queremos

Mas o elitismo mantém-se em muitas universidades, onde a renovação foi paralisada. As dificuldades aumentaram muito para as universidades, os quadros estagnaram, parou a contratação de docentes parou-se a investigação.

E surgiu o problema de garantir a saída profissional nas idas para o estrangeiro e a frustração do emprego sub-aproveitado, a maioria feminina com empregos mais mal pagos.

Investimento público caiu 9% contra um crescimento de 6 na OCDE.

Gastos por aluno ligeiramente abaixo dos 10 000 contra 13500 na OCDE

Queixamo-nos da avaliação global queixamo-nos e temos razão para isso mas não podemos ignorar os enormes progressos.

Numa entrevista ao jornal público de 27 de Novembro, um ex-ministro da educação de Portugal, Eduardo Marçal Grilo, afirma

peremptoriamente que existe nas universidades portuguesas uma acumulação enorme de saber:

“Devemos explorar o conhecimento acumulado nas universidades. Um exemplo vivo e actual é o dos incêndios. O país não tem a noção do conhecimento que existe nas universidades sobre silvicultura, como se disciplina a floresta, como se interpreta o clima, temos especialistas de grande gabarito. O que nos falta? Falta capacidade de financiamento e investimento em áreas estratégicas. Falta capital de risco. Não precisamos de cem *startups*, mas de mil, de duas mil, em áreas em que os nossos compatriotas, sobretudo os que estão entre os 25 e os 35, dêem largas à sua imaginação e capacidade de inovação.

Temos de olhar para a Web Summit com grande racionalidade - afirma ainda Marçal Grilo - porque não traz benefícios imediatos, mas pode trazer centros de tecnologia e desenvolvimento de grandes grupos. Por exemplo, os alemães são os grandes investidores externos em Portugal. Temos grandes referências: a Autoeuropa, a Siemens, a Continental, a Bosch, a Mercedes. É tudo alemão e são empresas que olham com uma perspectiva de médio a longo prazo. É nessa que nos temos de colocar.

Esta é uma versão muito moderna da universidade e dos Brasil universitários – corta com a torre de marfim, com o elitismo dos estudantes em Coimbra – infelizmente não com o carácter arcaico e vexatório das praxes nem com a importância das festas da cerveja que tomaram o lugar dos grupos de teatro ou de cinema e das associações integradas na vida cívica.

Esta é também a percepção que tem quem por lá trabalha. Serão perfeitas muito longe disso: envelhecidas, má conjugação entre o ensino e a investigação, inserção ainda deficiente na vida economia, mas já não são universidades torres de marfim e a todos nós compete lutar pelo seu futuro.